

PROTOCOLO
Câmara Municipal de Boa Vista
RECEBI hr: 11 0 10 00
DO DIA: 03/03/2016
ASS: Marlen & maral

PROJETO DE LEI Nº 022/ 2016

PROCESSO Nº360 /2016

Aline Ma. Menezes Reports Shagas

"CRIA O 'PROJETO DE PESQUISA/DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou, e sanciona a seguinte.

#### LEI

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do município o "Projeto de Pesquisa de Satisfação dos usuários dos Serviços públicos da Saúde do município de Boa Vista".

# Art. 2º. São objetivos da proposta:

- Estabelecer um canal direto de comunicação com o usuário dos serviços públicos de saúde de Boa Vista;
- II. Obter informações úteis para conhecimento da qualidade dos serviços prestados;
- III. Auxiliar no aperfeiçoamento da gestão pública da saúde;
- IV. Aumentar a capacidade de tomada de decisões dos gerentes e gestores públicos e, assim, melhorar as características do atendimento prestado pelo setor público de saúde aos munícipes.
- Art. 3°. O conteúdo da pesquisa deverá ser redigido de forma a identificar as opiniões dos pacientes, suas percepções relativas às condições gerais da unidade (acomodações), às atitudes dos profissionais, ao tempo de espera para realização do procedimento, à eficiência dos diagnósticos urgentes e à atenção do médico para com o paciente.

Recomposition (1987) 16 As 11428 horas Rubrica Camiele

DE APOIO LEGISLATIVO.

12:20 W Assinatura



Art. 4º. O Executivo editará os atos necessários para regulamentação desta Lei, estabelecendo, se necessários, a utilização de outras informações e métodos, possíveis para a aferição da qualidade dos procedimentos de saúde das unidades, que envolvam outros instrumentos de avaliação objetivos.

Art. 5º. Para evitar ônus, o Executivo poderá realizar convênios com entidades ou iniciativa privada para suprir os gastos com a realização da pesquisa, concedendo aos conveniados o direito de publicidade.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de recursos financeiros próprios, as despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6°. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte dias), contados da data de sua publicação.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Boa Vista - RR, 01 de Março de 2016.

Leg Rodrigues Vereador PR



# **JUSTIFICATIVA**

A Administração pública deve buscar a superação do modelo burocrático de gestão, mediante adoção de mecanismos que visem à excelência administrativa e ao foco na satisfação de seu cliente, ou seja, a abordagem da Administração Pública deve ser centrada no cidadão.

A Constituição da Republica Federativa do Brasil e o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/88) garantem a prestação e a qualidade dos serviços de natureza publica a população. O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 22, dispõe que os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

A aplicação e divulgação periódica de pesquisas de satisfação junto aos usuários do Sistema Municipal de Saúde será um instrumento que ira auxiliar a sociedade civil a obter um serviço público de saúde mais adequado e satisfatório.

Neste Projeto a população terá a oportunidade de se manifestar através dos serviços de pesquisas de opinião publica sua insatisfação na prestação dos serviços de saúde pública.

Por sua vez, a implantação desse sistema de pesquisa de satisfação proporcionará alguns benefícios como:

 Mudança na relação da população com os prestadores de serviços de natureza publica que passam a ter mais responsabilidade no exercício da cidadania;



- A população poderá acompanhar o desempenho dos serviços de atendimento de saúde pública municipal, prestados em Boa Vista.
- A própria administração Pública poderá acompanhar o desempenho dos serviços e concentrar esforços para a melhoria das unidades básicas de saúde cujo desempenho seja deficitário.

Justificadas as razões de minha iniciativa e restando evidenciado o interesse público de que se reveste a medida, submeto o presente projeto de lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, contando com seu indispensável aval.

Boa Vista – RR, 01 de Março de 2016.

eo Rodrigues Vereador PR